

Cortes podem garantir 2% do superávit primário

O restante deve vir com o aumento de impostos, reformas e ajuste fiscal para estados e municípios

Adriana Arai e Carlos Franco, de São Paulo

Para gerar um superávit primário entre 2,5% e 3% do PIB em 1999, meta estabelecida pelo Fundo Monetário Internacional para conceder crédito ao País, o governo brasileiro terá de combinar um corte profundo nas despesas com aumento de impostos e outras mudanças estruturais, como a reforma da Previdência e a exigência de metas fiscais para estados e municípios.

“Se o ajuste fosse apenas baseado em corte de despesas, seria impossível economizar mais que 2% do PIB (R\$ 18 bilhões)”, diz o economista Fábio Giambiagi, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). “Quem conhece o setor público sabe que a rigidez do sistema não permite cortes maiores”. Ele lembra que os gastos da conta OCC (Outras Despesas de Custeio e Capital) subiram de R\$ 17 bilhões em 1994 para R\$ 40 bilhões neste ano.

Para promover a outra parcela do ajuste, entre 0,5% e 1% do PIB, o governo teria de buscar outras fontes de recursos. O aumento de 50% na alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Finan-

ceira (CPMF) pode gerar um ganho adicional entre 0,3% e 0,4% do PIB, de acordo com as estimativas de Giambiagi. Hoje a arrecadação do tributo gira em torno de 0,9% do PIB, ou R\$ 8 bilhões. Como o acréscimo na receita de impostos não é linear quando a alíquota sobe, o ganho adicional é um pouco inferior a 50%. “Fica faltando uma parcela do ajuste, que pode vir com o aumento da contribuição previdenciária dos servidores públicos”.

Pelos cálculos de Giambiagi, num cenário favorável — ou seja, com manutenção da política cambial, juros começando 1999 em 25% até cair a 20% (hoje estão em 40%) — a despesa com juros da dívida pública deve ficar em 7% do PIB, bastante próxima dos 8% deste ano. O resultado é um déficit nominal em torno de 4,5% do PIB (neste ano deve fechar em 8%). “Seria um excelente sinal para o mercado, mas tudo depende dos juros e de como o anúncio de ajuda será recebido”.

Para Luis Fernando Lopes, economista-chefe do Banco Patrimônio, um ajuste equivalente a 2% do PIB seria dividido da seguinte for-

ma: dois terços de cortes de despesas e um terço de aumento de receita. “Um ajuste superior a 2% torna-se factível somente se as metas fiscais forem estendidas aos estados e municípios. O governo federal não teria condições de assegurar um superávit maior sozinho”.

Lopes refere-se às mudanças na Lei 4.320, de 1964, conhecida como Lei de Finanças Públicas. Com a legislação, o governo poderá exigir a fixação de metas de desempenho fiscal para estados e municípios — responsáveis, no ano passado, por

0,7% do déficit primário.

O economista do Banco Patrimônio cita, por exemplo, que se todos os estados cumprissem o limite de 60% da receita para gastos com pessoal, como estabelece a Lei Camata, a economia seria de R\$ 9 bilhões.

Sulamis Dain, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e uma das mais respeitadas economistas da área fiscal do País, disse que “o anúncio é muito mais uma carta de intenções do que um acordo propriamente dito”. Um acordo formal, afirma, pressupõe medidas fiscais

específicas e tem, como contrapartida, o que se receberá em troca, a quantia e o prazo desse recebimento. “Nada disso foi definido. O governo ainda estuda como agir na área fiscal, e o Fundo Monetário Internacional (FMI) não dispõe, hoje, de grandes somas, que possam ser liberadas rápida e integralmente”. A liberação integral dos recursos, ressalta, é um ponto importante “porque a redução de juros internos, exige recursos altos e liberados de uma só vez. O cálculo da Eliana Cardoso (consultora do Banco Mundial e ex-assessora do ministro Pedro Malan), de US\$ 30 bilhões, pode até estar correto, mas se for isso, terá de ser de uma única vez, para que os efeitos possam ser positivos e evite-se uma tremenda recessão”.

Para Sulamis, o anúncio da carta de intenções serve muito mais para

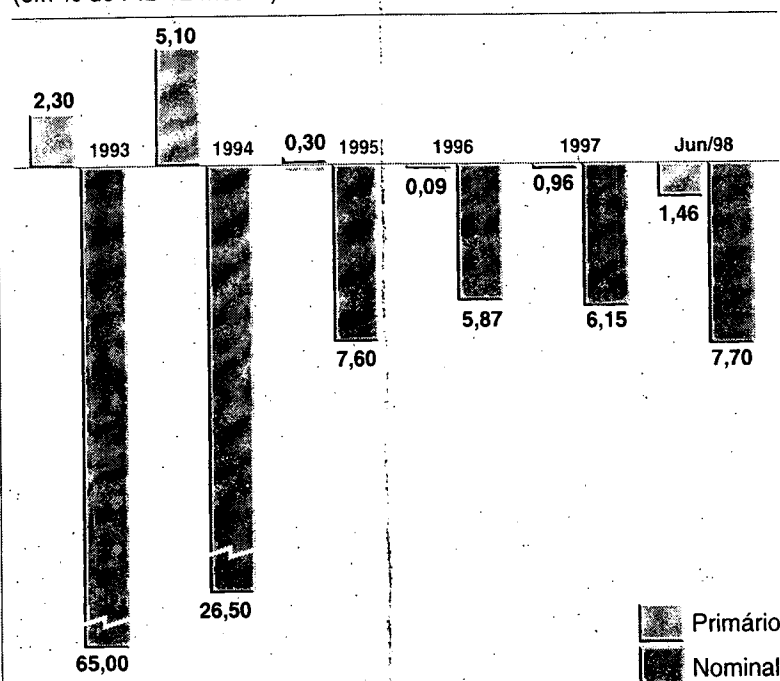
tranquilizar os mercados do que para dar a exata dimensão do ajuste fiscal. “A equipe econômica está lá em Washington, e ficaria estranho voltar sem nada na bagagem, sem compromisso, nem que seja para decisão futura, como é o caso”.

Segundo Sulamis, a equipe econômica, desta vez, está muito mais preocupada com que pontos fiscais adotar do que como em outubro, quando anunciou 51 medidas cujo efeito prático não foi equilíbrio fiscal, e sim um incremento na dívida pública de R\$ 15 bilhões. “Qualquer medida nessa área, se não for conjugada com redução de juros e correção cambial, tem um efeito brutal de desequilíbrio fiscal”. No caso dos juros internos, seu efeito recai diretamente sobre os papéis emitidos pelo governo. No câmbio, o efeito é sobre o comércio exterior. ■



Contas públicas

(em % do PIB 12 meses)



Fontes: Bacen e Centro de Informações da Gazeta Mercantil